

# O pensamento geográfico tradicional\*

Nilo Bernardes

No ano em que Charles Darwin (1802-1882) publicou *A Origem das Espécies* morreram os dois grandes fundadores da “Geografia Moderna” — Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859).

Ambos ocuparam um lugar de destaque na ciência da primeira metade do século XIX, mas não chegaram a formar o que se costuma chamar de “escola”. Humboldt é unanimemente considerado o último dos grandes sábios que abrangeram todo o campo da ciência geral. Mas ele não tinha uma posição acadêmica, não tinha um corpo de discípulos à sua volta. Ritter, ao contrário, era um prestigioso professor universitário que teve muitos discípulos, dentre os quais podemos destacar Oscar Peschel (1826-1875) e Elisée Reclus (1830-1905), os quais repensaram

as idéias do grande mestre e despertaram novas idéias em uma fase que poderíamos chamar de intermediária na evolução da Geografia. Peschel, por exemplo, propôs renunciar ao método de Ritter de obter resultados na comparação de grandes conjuntos em escala continental, focalizando preferencialmente áreas menores como, por exemplo, a explicação do litoral rendilhado em ambas as fachadas leste-setentrionais do hemisfério norte.

Após a morte de Ritter, sua cátedra não foi reocupada e ocorreu, então, um hiato acadêmico no desenvolvimento da Geografia. No entanto, ele deixou para seus discípulos os fundamentos de um método geográfico com base em certos conceitos como o da “unidade na diversidade” e certos princípios, os dois principais sendo o da “co-

---

\* Este texto foi elaborado para um seminário com especialistas de outras disciplinas, organizado pela Diretoria de Formação do IBGE, em novembro de 1981. Ele se refere ao período que vai do último quartel do século passado até meados do presente século e procura caracterizar apenas o essencial do que se convencionou chamar de Geografia Tradicional em sua fase clássica.

nexão" (*Zusammenhang*) dos fenômenos presentes em uma área e o da comparação (ou analogia) entre as características de lugares ou áreas distintas.

Publicou uma monumental Geografia Geral Comparada (*Die Erdkunde*, 1817-1859) e foi, pode-se dizer, o inspirador de uma outra grande obra, pois foi Reclus quem levou adiante uma idéia cara a Ritter, e escreveu a *Géographie Universelle* (19 volumes, Paris, 1875-1894), considerada a última obra em que um sábio individualmente pode apresentar todo o conhecimento disponível sobre a Terra como a morada do homem<sup>1</sup>. Não obstante esta obra de Reclus e outras que apareceram no segundo e terceiro quartéis do século XIX, o pensamento geográfico somente entraria em efervescência no final do século, quando começaram a se formar o que poderíamos considerar as primeiras "escolas".

O acontecimento fundamental para tanto fora o estabelecimento de cátedras de Geografia em várias universidades européias, sendo que o governo da Prússia foi pioneiro, a partir de 1874, e logo em seguida, toda a Alemanha, recentemente unificada. A figura exponencial da Geografia germânica desta época foi Ferdinand von Richthofen (1833-1905), a quem veio se juntar, posteriormente, Friedrich Ratzel (1844-1904). Mas foi Paul Vidal de la Blache (1845-1918), o grande chefe-de-escola francês, que veio centralizar, na virada do século, o intenso movimento intelectual que não apenas veio dar à Geografia uma nova feição metodológica (a famosa "tradição vidaliana") como também contribuiu fortemente para consolidá-la como um campo profissional.

Esta efervescência metodológica da chamada Moderna Geografia, a partir da última década do século XIX corresponde como resultado ou como processo correlativo a uma série de eventos bem como ao confronto com outros campos da Ciência.

Por outro lado, é na segunda metade do século que se intensificam as grandes expedições e a exploração científica do interior dos continentes, coisa que Humboldt, mesmo com suas grandes viagens, a bem dizer, mal começara a fazer. Foi assim na África, até então conhecida apenas pelos contatos litorâneos feitos pelos europeus, e na Ásia (Sibéria inclusive), como na América do Norte e América do Sul. Floresce a era das sociedades de Geografia, de grande prestígio durante um largo tempo. A expansão colonial das potências européias é outra circunstância que não deve ser esquecida e estas sociedades, em geral, pelo menos na fase inicial, estavam comprometidas com o melhor conhecimento geográfico e — por que não empregar a expressão moderna — o conhecimento da potencialidade dos novos territórios.

A Cartografia geral e temática fazia grandes progressos, produzindo-se para a Europa, para os Estados Unidos e mesmo para a Índia, cartas em média e grande escala com notável riqueza de informações topográficas e geológicas. As observações meteorológicas e oceanográficas faziam-se cada vez mais regulares e precisas, as cartas respectivas passaram a ser publicadas. Enfim, a organização dos primeiros serviços de estatísticas regulares deve ser também levada em conta.

Influência poderosa no campo geográfico teve o desenvolvimento das ciências biológicas e das ciên-

<sup>1</sup> JAMES, Preston — *All possible worlds, a history of geographical ideas*. Indianópolis, New York: The Odyssey Press, 1972, p. 192.

cias sociais, causando debates de crucial importância para a disciplina ainda em fase de consolidação. Adiantando um pouco a ordem de idéias, podemos dizer que, da influência e do confronto com as ciências naturais e sociais de então (sobretudo devido ao darwinismo) reforçou-se o caráter ambientalista da Geografia, isto é, o estudo das relações entre o homem e o meio. Como resultado, eclodiu o colossal confronto doutrinário “determinismo versus possibilismo”, mais adiante referido.

Já em seu período formativo, a Geografia foi marcada por problemas epistemológicos e metodológicos que envolveram, e alguns de certo modo ainda envolvem, grandes discussões. As soluções dadas aos mesmos muitas vezes têm orientado fases da pesquisa ou caracterizado grupos de profissionais, ou até mesmo levado à proposta de um novo paradigma.

Os mais clássicos destes problemas são: (1.º) o da “dicotomia” entre Geografia Física e Geografia Humana; (2.º) o celeberrimo “dualismo” entre a Geografia Geral (ou sistemática) e a Geografia Regional; (3.º) a questão do próprio objeto (ou campo) da Geografia; (4.º) a sua natureza como ciência; e (5.º) a sua posição entre as ciências naturais e sociais (o que vem exacerbar a questão da dicotomia).

Por outro lado, creio que deve ser antecipada a menção do fato de que na medida em que a Geografia se desenvolveu ao longo da primeira metade do século atual, acabaram por se definir dois tipos de abordagem na maneira geográfica de estudar os fatos. A primeira, de natureza ecológica, no sentido amplo do termo considera primordialmente a interação (“vertical”) dos elementos em um lugar ou em uma área. A segunda, de natureza espacial, considera a interação (“horizontal”) entre lugares ou áreas.

Ao nos determos um pouco em cada uma destas questões, devemos ter em mente o quadro sumário da evolução da Geografia do final do século XIX até meados do século XX, período que, como vimos, pode ser considerado uma fase bem distinta, tanto da fase formativa precedente como da que se inicia nos anos 60 deste século. É a fase em que a “abordagem ecológica”, isto é, as preocupações diretas ou indiretas, explícitas ou implícitas, com as relações homem-meio se acentuaram e constituíram, na maioria dos casos, o eixo de interpretação geográfica.

Vimos que esta fase se abre com a atuação de três gigantes intelectuais que influenciaram, embora em proporções desiguais, as gerações seguintes:

na Alemanha, berço da nova tradição que veio pôr fim à Geografia clássica descritiva, tanto Richtoffen quanto Ratzel privilegiaram a abordagem sistemática à maneira da “Geografia Geral comparada” de Ritter. Além disso, contribuíram para aprofundar, sobretudo Richtoffen, a dicotomia do campo geográfico, não obstante a preocupação implícita com as relações homem-meio.

A Richtoffen se deve uma vigorosa proposta sobre o objeto da Geografia que iria influenciar gerações de geógrafos. Para ele, a Geografia, renunciando ao estudo do planeta Terra, como na colocação clássica, deveria se cingir e se concentrar no estudo dos fatos que ocorrem na superfície terrestre, assim entendendo o resultado da interrelação entre os fenômenos da litosfera, da atmosfera, da hidrosfera e da biosfera (inclusive a ação humana). As relações do homem com as feições físicas e bióticas da Terra seriam o objeto fundamental da Geografia.

Não obstante, Richtoffen e seus seguidores diretos dedicaram-se mais ao estudo da Fisiografia, o que, aliás, seria especialidade predominante entre os geógrafos alemães, nesta fase, o que na opinião de Van Valkenburg <sup>2</sup>, constitui uma ênfase indevida que marcou assimetricamente a “idade do ouro” (1905-1914) da Geografia alemã.

Ratzel, por seu lado, enfatizou a Geografia Humana (“Antropogeografia”, como ele batizou), embora diretamente na ótica das relações homem-meio. Ele era proveniente do campo das ciências naturais tal como Richtoffen. Talvez seja muito elucidativo informar que a dissertação de doutorado de Ratzel foi sobre o significado das idéias de Darwin. Ademais, não hesitou em aplicar geograficamente os conceitos biológicos de Darwin às sociedades humanas. Tal como vários outros adeptos do *darwinismo social* de então, do qual Hebert Spencer (1820-1903) foi o principal expoente. Como conseqüência, Ratzel passou a se preocupar com as “influências” do meio sobre o homem e veio a ser considerado um dos pilares do determinismo geográfico. A sua obra mais famosa é a *Antropogeografia (Anthropogeographie Stuttgart, 1.º vol. 1882, 2.º volume 1891)*, na qual são examinadas no primeiro volume, as influências dos fatos físicos no curso da história, e no segundo volume, onde o “antropocentrismo geográfico” é evidenciado, estuda as sociedades em relação ao meio físico.

Mas além das conseqüências nas relações homem-meio, também o “biologismo” foi aplicado por Ratzel na Geografia Política (“o estado” é como um organismo que

nasce e cresce; necessita do “espaço-vital”, senão morre, etc). Suas idéias neste campo iriam dar impensados frutos espúrios com o posterior aparecimento da Geopolítica.

Contudo, tem sido observado que o darwinismo de Ratzel, bem como o determinismo estreito de sua “escola”, resultou mais do exagero na obra de seus discípulos. Dentre eles a mais famosa foi Ellen Semple (1863-1932), que contribuiu muito para a propagação da moderna Geografia Humana nos Estados Unidos e que foi a grande divulgadora do pensamento de Ratzel, ao qual acrescentou sua própria maneira de perceber as relações homem-meio. Nesta oportunidade, convém lembrar que o pai da moderna Geografia Física norte-americana (William Morris Davis — 1850-1934) fez como pivô de sua Geomorfologia a teoria dos ciclos de erosão, uma teoria essencialmente evolucionária, mas em sua maneira própria.

O brilho intelectual e o vigor das idéias de Ratzel influenciaram muito o meio científico (não apenas geográfico) da época. Ele foi um mestre nas brilhantes generalizações que fascinaram seus adeptos. O exagero na aplicação de suas proposições suscitou a reação contra o determinismo, sobretudo na França.

Paul Vidal de la Blache, mais do que nenhum outro, foi realmente um chefe de escola: conseguiu inspirar a obra de seus colegas e discípulos em torno de um campo doutrinário e teve a fortuna de ver quase todas as cátedras de Geografia na França ocupadas por discípulos diretos, fiéis à sua liderança. A forte influência destes, através de todo o período entre as duas

<sup>2</sup> VAN Valkenburg, Samuel. The German school of geography, in Griffith Taylor (org.), *Geography in the Twentieth Century*, New York — London. Methuen, 1957, p. 96.

guerras criou a chamada “tradição vidaliana”<sup>3</sup>.

Vidal de la Blache edificou seu método geográfico em torno de dois pontos principais, entre outros. Primeiro adotando uma base filosófica de interpretação dos fatos constituída pela doutrina do possibilismo, a qual se tornou a refutação final ao determinismo geográfico. Segundo, adotando o estudo de regiões como o meio mais adequado ao melhor conhecimento das relações homem-meio, centro da controvérsia filosófica, que seria apenas superada no período entre as duas guerras mundiais. Convém, portanto, dar alguns apontamentos sobre a controvérsia doutrinária em questão, dada sua importância fundamental para a corrente geográfica de estudo das relações homem-meio.

## 1 — POSSIBILISMO VERSUS DETERMINISMO

Como já foi referido, após a teoria da evolução das espécies de Jean Baptiste Lamarck (1744-1829) e, sobretudo, após a teoria de Darwin da seleção natural das espécies no evolucionismo, o progresso das ciências biológicas trouxe novos estímulos à preocupação com as influências do “meio geográfico” (o “meio físico” ou “meio natural”, no caso). Na própria Biologia; o realce da noção de “meio” levou Ernst Haeckel (1834-1919) a cunhar o termo *Ecologia*

(1864), dando origem a um novo campo da ciência. Tendo o estudo do meio como objeto, a Ecologia surgiu com o enfoque binomial das influências, mas evoluiu para uma Ciência das relações mútuas dos organismos entre si e entre eles e o próprio meio físico. De passagem seja lembrado que Haeckel, um entusiasta do evolucionismo, foi mestre de Ratzel.

Entretanto, a interpretação das influências deterministas do meio natural no homem diretamente, na organização e funcionamento da sociedade, no próprio curso da história, é questão que remonta à antiguidade. De forma explícita ou implícita foi matéria que muitos autores aceitaram sem sombra de contestação.

Durante a Idade Média, sob a forte influência eclesial, o fundamento teológico do livre arbítrio recalçou as preocupações determinísticas, sem ter logrado refutá-las. Com o renascimento do determinismo, sobretudo a partir do século XVIII, novamente se tentou contrapor o livre arbítrio como argumento fundamental, sem sucesso. O livre arbítrio se refere ao homem como pessoa e não pode ser aplicado, no caso, às sociedades que são formadas por numerosas pessoas humanas, cada uma dotada de seu próprio julgamento<sup>4</sup>.

O exemplo mais célebre no pensamento determinista do século XVIII, que tem sido muito citado, é de Charles de Secondat Montesquieu (1689-1755), com sua obra *De l'esprit des lois* (1748) em que

<sup>3</sup> Dentre estes se destacam: Lucien Gallois (1857-1941) diretor de edição da famosa *Geographie Universelle* (15 tomos, 1927 a 1948), um verdadeiro monumento da escola regional de La Blache; Jean Brunhes (1869-1930), autor do *Traité de Géographie Humaine* (3 vols. 1910), o primeiro no gênero; Emmanuel de Martonne (1873-1955), autor de *Traité de Géographie Physique* (3 vols. 1925-1927), igualmente o primeiro no gênero; Albert Demangeon (1872-1940); e Maximilian Sorre (1880-1962), autor da magistral obra em 5 volumes: *Les Fondements de la Géographie Humaine* (1948-1952).

<sup>4</sup> Neste texto sumário não é possível e nem cabe uma apreciação mais detalhada dos exemplos e das tendências do determinismo. Recomendo os textos de George Tatham (*Environmentalism and possibilism, in Geography in the Twentieth Century* p. 128-162) e de Paul Claval (*Essai sur l'évolution de la Géographie Humaine*, p. 35-40).

ênfatiçou a estreita influência do meio físico sobre a organização dos grupos humanos e, por conseqüência, no caráter das leis que estabelecem. Mas ele é apenas um entre vários. No século XIX, como parece claro, houve uma verdadeira febre determinística.

Historiadores como Buckle (*History of Civilization in England*, 2 vols. 1857-1861) ou sociólogos como Frederic Le Play (1806-1882) e seu discípulo Henri de Tourville, insistiram na influência das forças naturais na sociedade. Aliás, os adeptos do determinismo explícito foram bem mais numerosos fora do campo da Geografia. Os próprios fundadores Humboldt e Ritter foram cautelosos a respeito e embora preocupados em interpretar influências do quadro natural, não chegaram a professar o determinismo como base metodológica. Precedendo Ratzel no campo geográfico, vamos encontrar na França, Edmond Demoullins, responsável por algumas das mais estreitas e ao mesmo tempo originais posições determinísticas em sua obra *Essai de géographie sociale: comment la route crée le type sociale* (2 vols. 1901-1903). Foi influenciado pela escola de Le Play e, por sua vez, exerceu influência entre geógrafos e cientistas sociais. Ademais, o próprio Reclus, em mais de uma passagem, aceitou como ponto pacífico o primado das influências naturais.

Como exemplo dos exageros a que se chegou em Geografia sob influência da escola da "Ciência Social" basta citar o título do trabalho publicado em 1906 por P. Baroux e L. Sergent: *As raças flamengas bovina, eqüina e humana em suas relações com as caminhadas em região de planície*<sup>5</sup>.

O ápice da doutrina do determinismo geográfico foi atingido por

Ellen Semple com seu *Influences of Geographic Environment* (1911) cuja introdução em estilo bíblico tem sido uma das passagens mais citadas na história do pensamento geográfico: "O homem é um produto da superfície da Terra. Isso significa não apenas que ele é filho da terra, pó do seu pó; mas que a terra tem-lhe servido de mãe, alimentado, estabelecido suas tarefas, dirigido seus pensamentos, confrontando-o com dificuldades que têm fortalecido seu corpo, aguçado sua capacidade mental", etc.

Por essa época os possibilistas já haviam acertado golpes decisivos. Na verdade, tentativas de argumentar contra o determinismo eram bem antigas. Contudo, os argumentos oferecidos não tinham a consistência necessária. Com as explorações do século XIX e o desenvolvimento da Etnografia, os fatos pareciam, inicialmente, mais reforçar do que refutar a interpretação determinista. Mas não se pode deixar de reconhecer que foram estes mesmos estudos que foram realçando o papel da cultura e da técnica na conquista do meio pelo homem. Já o próprio Ratzel, embora autor da célebre frase "o solo regula os destinos dos povos com uma brutalidade cega", reconhecia o papel do nível cultural e o significado do momento histórico na interpretação das relações do homem com o seu meio. Com efeito, tornava-se bastante claro que as características físicas de uma região podem ter sido desfavoráveis em uma época e já em outra fase histórica ser grandemente favoráveis ao desenvolvimento do povo que a habita: os exemplos são inumeráveis.

A argumentação e os postulados contra o determinismo estão magistralmente epitomizados na

<sup>5</sup> Cit. por CLAVAL, P. — *Essais sur l'évolution de la géographie humaine, Cahiers de Géographie de Besançon*, n.º 12. Paris: Les Belles Lettres, 1964.

célebre obra de Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine* (Paris, 1924). Este livro foi escrito para servir como introdução geográfica à coleção de história *L'évolution de l'humanité*, dirigida por Henri Berr, e nele foi cunhado o termo “possibilismo”, com o título da terceira parte: “Possibilités et genres de vie”.

Na literatura anglo-saxônica encontra-se uma obra monumental da análise das relações homem-meio na fase pós-determinismo: a contribuição dos geógrafos e cientistas afins para a coletânea *Man's role in changing the face of the Earth* (especialmente na primeira subparte, *Man's tenure of the Earth*)<sup>6</sup>.

O ponto central do possibilismo, pode-se dizer, é a diferença a ser feita entre *fator* e *condição* geográfica. Os elementos do meio natural, na verdade, não são “fatores”, não são eles que “produzem” os resultados, independentes do momento histórico. São “condições” que pesam ora mais ora menos poderosamente, pautando os resultados de outras forças, estas sim, originárias da ação humana.

Os possibilistas da primeira linha foram buscar inspiração principalmente na interpretação das sociedades primitivas e tradicionais. Foi, então, produzida por Vidal de la Blache e seus discípulos imediatos uma noção fundamental para o novo método geográfico: a noção do gênero de vida. Ao mesmo tempo, não negavam a idéia, presente nos deterministas, do “todo” da superfície terrestre, da inter-relação entre todos os fenômenos nesta mesma superfície. Costuma-se definir a doutrina proposta pelo possibilismo em alguns postulados que podem ser resumidos como se segue: 1.º) nas relações entre o homem e o meio,

o homem não é um mero elemento passivo; ele é sobretudo um agente e sua ação é tanto mais antiga quando mais avançado seu grau de cultura e mais desenvolvida a técnica de que é portador; 2.º) embora muitas vezes as condições naturais oferecidas sejam tão extremamente severas que o homem delas não se desembaraça inteiramente, os elementos do meio não são fatores aos quais a evolução das sociedades se submete inflexivelmente; 3.º) dentre as condições oferecidas pelo meio, o homem escolhe as de maiores possibilidades para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento cultural; 4.º) a noção de “meio geográfico” não deve ser identificada (sinônimo) com “meio natural”: o homem transforma a superfície da Terra segundo a civilização e quanto mais evoluídas forem estas, mais importantes serão os elementos culturais que estruturam o meio; 5.º) as condições históricas têm, então, um significado particular nas relações homem-meio, no seu desenvolvimento cultural e no seu papel como agente modificador da superfície da Terra.

Como se percebe, não se trata de negar a influência do meio, que é, muitas vezes, influência poderosa, mas sim de enfatizar como os grupos humanos e o meio interagem mutuamente, produzindo uma resultante geográfica entre meio natural e meio cultural. Como lembrava em suas aulas e conferências o nosso saudoso colega Fábio M. S. Guimarães (1906-1979), uma simples frase sintetiza a idéia central dos possibilistas: “A natureza dá as cartas, o homem faz o jogo”.

No campo da Geografia, a questão determinismo-possibilismo está totalmente superada. Chegou-se,

<sup>6</sup> In: THOMAZ, W. L. (org.): *Man's role in changing the face of the Earth*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956, p. 70-92.

inclusive, a falar em “probabilismo” como doutrina de interpretação em Geografia Humana, quando do advento da fase da Geografia Teórica.

Restaram, sem dúvida, algumas formas revisionadas de determinismo, professadas por uns poucos, até anos recentes. A principal delas é a do determinismo climático da qual foi expoente Ellsworth Huntington (1876-1947). Assim, procura mostrar coisas tais como clima tropical sendo altamente limitativo ao desenvolvimento da civilização (cita, por exemplo, casos de famílias emigradas da Nova Inglaterra que se “degeneraram” no clima tropical do Caribe), ou que o curso da história é comandado pelas flutuações climáticas (*The pulse of Asia*, 1907). Suas idéias impressionaram e ainda impressionam muitas pessoas, sobretudo fora do campo da Geografia. Com efeito, de todos os elementos do meio, o clima é que exerce influências mais nítidas e, além disso, se o homem interfere com sucesso na litosfera, na hidrosfera e na biosfera (nesta arrasadoramente), pouco ou nada pode com a dinâmica da atmosfera. Huntington, contudo, não fez escola.

Esta controvérsia doutrinária ocupa nossa atenção quando se disserta sobre o pensamento geográfico tradicional, por três motivos principais: primeiro, porque é de fundamental importância para a compreensão da evolução da Geografia em sua fase de formação; segundo, porque ela ainda é mal compreendida por especialistas de outros campos, que raramente têm uma visão correta do papel dos fatos naturais. Comumente, os demais especialistas das ciências sociais esperam e desejam que o geógrafo se limite a dar-lhes as linhas do quadro natural ou das regiões naturais (o “palco

geográfico”) onde eles irão alinhar os dados da organização e mostrar como se desenrola a ação do homem. “Fator geográfico”, por exemplo, é tomado como sinônimo de “aspectos físicos” do meio; em terceiro lugar, porque ainda pairam questões relativas a influências geográficas ainda não devidamente compreendidas ou mesmo superadas. Refiro-me não propriamente ao “meio” considerado em sua escala local, mas ao “território”, o que poderia ser um conjunto mais amplo (por exemplo, a questão do desenvolvimento de uma civilização avançada e estável em climas tropicais quentes, etc).

Alguma coisa de importância ficou da preocupação com o determinismo: contribuiu para restaurar a unidade da Geografia que o desenvolvimento das ciências no século XIX ameaçou comprometer<sup>7</sup>.

## 2 — OS PARADIGMAS TRADICIONAIS

Na medida em que a necessidade de contestar o determinismo foi perdendo a sua razão de ser, foram se tornando mais evidente a necessidade de se criticar antigos e propor novos conceitos que robustecessem o caráter científico da Geografia, bem como foram emergindo os debates sobre novos problemas da essência metodológica da disciplina, tal como, por exemplo, o do dualismo e da dicotomia (discussões sobre a “unidade” do campo da Geografia). Acima de tudo, como não poderia deixar de ser, o do próprio objeto do ramo de conhecimento que ao longo do século XIX passou a ser considerado uma nova ciência. A definição mesma da Geografia depende, obviamente, da definição deste objeto (questão difícil de al-

<sup>7</sup> cf. CLAVAL, P. obr. cit. p. 38.



cançar unanimidade ou simples maioria de pontos de vista, sobretudo se levada a grande rigor). O fato essencial é que a discussão sobre as diversas proposições sobre objetivos e método levam-nos a um problema de ordem mais ampla nas considerações sobre a natureza da Geografia; o da sua própria posição entre as ciências.

Em seu período formativo, a Geografia era sobretudo o estudo do meio natural, o homem fazendo parte dele. O longo título da obra mestra de Karl Ritter é elucidativo do conteúdo que ele imaginava para a nascente disciplina: *A ciência da terra em relação com a natureza e a história dos homens, ou a Geografia Geral comparada como sólida fundação do estudo e da intenção das ciências físicas e históricas.*

Richtoffen, como vimos, considerou como campo da Geografia o estudo da "superfície terrestre", que ele conceituou, como vimos mais atrás. Com Ratzel, fundador da Geografia Humana, ganhou a inspiração inicial de seu sentido "antropocêntrico", mas a formação do mesmo Ratzel nas ciências naturais explica, segundo seus comentaristas, o fato de que ele não tenha desenvolvido o caráter social da disciplina. Por isso mesmo, se imputa a ele uma importância peculiar na manutenção da unidade do campo da Geografia. Vidal de la Blache postulou que a Geografia devia ser a ciência dos lugares (dos estabelecimentos humanos), não dos homens<sup>8</sup>. Daí a origem do estudo do *habitat* (assentamentos) um dos temas prediletos da escola francesa de Geografia Humana.

Lucien Febvre foi muito claro, quando resume o pensamento da escola francesa, ao colocar a questão do método geográfico em face das possibilidades de absorção da Geografia Humana pela Sociologia, a qual vinha se formando paralelamente à Geografia e, na França adquirira um vigor extraordinário com a escola de Emílio Durkheim (1858-1917) agrupada em torno do *L'Année sociologique*<sup>9</sup>. Diz Febvre: "Geografia Humana ou Morfologia Social; método geográfico ou método sociológico, é preciso escolher". E resumiu: "o geógrafo parte do solo e não da sociedade"<sup>10</sup>. Mas sem pretender que "este solo seja a "causa" da sociedade", como quis Ratzel. "A Morfologia Social não pode pretender suprimir a Geografia Humana em seu proveito, porquanto ambas as disciplinas não possuem o mesmo método, a mesma tendência, o mesmo objeto"<sup>11</sup>. Para a demonstração disso, Vidal de la Blache produziu seu artigo metodológico, verdadeira profissão de fé, sobre "os caracteres distintivos da Geografia".

Pelo relato que Febvre fez da polêmica com a escola da Morfologia Social e por sua insistência em demonstrar o caráter original da Geografia, pode-se depreender que nesta fase, nas primeiras décadas deste século, se deu a "freagem" do processo de translação da Geografia para o campo das Ciências Sociais. A Geografia tradicional francesa sempre preferiu classificar a Geografia como uma "ponte" (uma encruzilhada, um *carrefour*), entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais e

<sup>8</sup> VIDAL DE LA BLACHE, Paul — Les caractères distincts de la Géographie. *Annales de Géographie*, 22(124): 289-299, jul. 1973.

<sup>9</sup> Com propósito análogo, Vidal de la Blache veio a fundar o *Annales de Géographie* em 1891.

<sup>10</sup> FEBVRE, Lucien, *La Terre et l'évolution humaine*. Paris, 1924. Citada da edição espanhola: *La tierra y la evolución humana*. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 49.

<sup>11</sup> FEBVRE, L., obr. cit. p. 89.

admitir que seu método era, portanto, *sui generis*, com respeito aos dois campos.

Isto leva a uma pergunta crucial, que para alguns geógrafos parecia verdadeiro tormento: qual é então o *fato geográfico*? Como “ponte” entre os outros campos das ciências ela não renunciaria a reclamar um fato que lhe fosse próprio.

Coloca-se, então, um novo problema que se resume em uma outra indagação: a Geografia é uma ciência de domínio próprio, com seu fato ou fatos peculiares? Ou seria uma ciência de método, um “ponto de vista” no estudo dos fatos que constituem domínio das demais ciências? A questão não é fácil e eu não teria dúvidas em dizer que até hoje não está cabalmente resolvida. Porque, se aceita a primeira proposição, qual ou quais seriam os fatos? Para a escola clássica francesa a questão já estaria resolvida (embora com colocações que nem sempre nos parecem claras ou coerentes): a Geografia tem um domínio próprio. Este domínio foi, desde o início, derivado da abordagem clássica. *O objeto legítimo das pesquisas, as relações do meio e das sociedades em sua evolução histórica* é o título de um dos capítulos fundamentais do citado livro de L. Febvre.

André Cholley<sup>12</sup> em seu *Guide de l'étudiant en Géographie* procurou enriquecer o conceito do fato geográfico segundo o pensamento tradicional com a noção de *combinação geográfica* e como ela se relaciona com os fatos das demais ciências (desde a Geologia até a Sociologia, Política etc.). Propõe a noção de “atributo geo-

gráfico” que os fatos das ciências sistemáticas adquirem quando entram em contato e interagem em um determinado lugar. Assim, a monção é um movimento do ar (fato da Física), que adquire atributo geográfico e integra uma combinação geográfica no Assam, por exemplo. Avançando mais a noção, Pierre George propôs a de *situação*, resultante do “atributo dinâmico” das combinações<sup>13</sup>.

Mas a idéia de uma ciência de domínio próprio não é unânime na Geografia clássica e continua não sendo. Mesmo na França vamos encontrar, entre outros, o grande mestre Henri Baulig (1877-1962) questionando, pouco depois de Cholley, o caráter da Geografia como Ciência<sup>14</sup>. Ele aceita a proposição vidaliana da ligação geográfica (conexão, relação) como a base de explicação geográfica de uma região. Mas para ele a Geografia “é, antes de tudo, um método (*sic*) ou, se é preferível, uma *maneira de considerar* (grifo meu) as coisas, os seres, os fenômenos em suas relações com a Terra: localização, extensão, variações locais e regionais de frequência”. Baulig admite a pluralidade do campo geográfico (negação da “unidade”) admitindo, à maneira de C. Vallaux (1870-1945), um “feixe de ciências geográficas” que “se desprendem de um tronco comum”<sup>15</sup>.

A escola clássica da Geografia alemã seguiu uma longa tradição filosófica, com uma proposta nítida segundo a qual a Geografia não se colocava “entre” as demais ciências como uma “ponte”. Trata-se da “tradição corológica” da Geografia, distinta da “tradição de relação”. Quem primeiro incor-

<sup>12</sup> CHOLLEY, André — *Guide de l'étudiant en Géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1942, p. 25.

<sup>13</sup> GEORGE, Pierre — Problèmes, doctrine et méthode, in *La Géographie active* por P. George e outros. Paris: Presses Universitaires de France, 1964, p. 1-41.

<sup>14</sup> BAULIG, Henri — La Géographie est-elle une science? *Annales de Géographie*, 57(305): 2-11.

<sup>15</sup> VALLAUX, Camille — *Les sciences Géographiques*, 2.ª ed. Paris: Librairie Felix Alcan, 1929.

porou filosoficamente esse conceito corológico e o empregou em uma classificação do campo das ciências foi Immanuel Kant (1724-1804), mas suas preleções não haviam sido devidamente divulgadas e, anos depois, o conceito foi suscitado por Richtoffen e, depois, seria consagrado por Alfred Hettner (1859-1941).

O expoente da metodologia clássica alemã foi justamente Hettner, contemporâneo tanto de Vidal de La Blache, como da primeira geração da "escola francesa". Nenhum outro geógrafo da fase clássica da Geografia moderna trabalhou como ele, com tanta persistência e tanta consistência na filosofia da nova ciência, com o fim de estabelecer um conceito claro e unificado do campo da Geografia. O outro grande mestre alemão, contemporâneo de Hettner, era Albert Penk (1859-1945), sucessor de Richtoffen na cátedra de Berlim. Embora mais dedicado aos estudos da Fisiografia (Geografia Física), Penk convergia com Hettner na natureza corológica do domínio da Geografia.

O conceito corológico da Geografia tem um significado mais profundo e mais amplo do que comumente se imagina. Começa pelo fato de que ele nos leva a negar o conceito de uma Geografia de "relações", como uma ciência sistemática, servindo de ligação entre Ciências Naturais e Ciências Sociais. Antes de prosseguir, lembremos como surgiu e em que consiste este conceito.

Na tradição alemã, como para Kant, a realidade poderia ser estudada segundo três maneiras distintas. Assim, segundo um modo, os fenômenos são classificados, estudados, segundo sua natureza intrínseca: esta é a maneira "sistemática" de estudá-las e por isso as ciências que assim têm seu

domínio são chamadas ciências sistemáticas ou "especiais" (Física, Química, Biologia, Geologia, Antropologia, Sociologia e assim por diante). Os mesmos fenômenos podem ser estudados segundo suas mudanças (ou sucessão) no tempo. Este é o enfoque "cronológico" e a ele correspondem as ciências cronológicas (domínio da História). Estes fenômenos podem, ainda, ser considerados do ponto de vista "corológico", isto é, segundo sua manifestação (arranjo e variação) no espaço: este é o domínio das ciências corológicas (Astronomia e Geografia).

Segundo este sistema, há uma analogia entre o domínio da Geografia (espaço) e o da História (tempo), o que veio implicar questões metodológicas paralelas, como veremos mais adiante, ao tratarmos do excepcionalismo.

Embora muitos outros autores aceitassem o conceito, a começar pelo próprio Humboldt e Ritter, foi Hettner quem o expôs com mais vigor e com ele edificou boa parte das suas proposições metodológicas. O pensamento de Hettner exposto a partir de 1895, teve seu coroamento em 1927 (dois anos depois do livro de Camille Vallaux e três do de Lucien Febvre), com o monumental *Die Geographie, ihr Geschichte, ihr Wesen und ihr Methoden* (a Geografia, sua história, seu propósito e seu método). Toda a essência de seu pensamento, a par de uma minuciosa e erudita análise de todas as correntes da Geografia moderna clássica (bem como substanciosas proposições metodológicas em consequência) constam do não menos monumental *The Nature of Geography* (1939) de Richard Hartshorne (1899- ) o qual foi o maior divulgador de Hettner em língua inglesa<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> HARTSHORNE, Richard, *The nature of Geography: a critical survey of current thought in light of the past*, sep. de *Annals of Association of American Geographers*, vol. 29, 1939, p. 171-688.

Um dos grandes problemas que o ponto de vista corológico apresenta é o aprofundamento do “dualismo” entre Geografia Sistemática (geral ou tópica) e Geografia Regional (ou especial, como propunha Varenius). Mais ainda, parece favorecer a “dicotomia” da Geografia Sistemática (Geografia Física, Geografia Humana) e a quebra de sua unidade, favorecendo os diversos “ramos” sistemáticos. Is-

to porque parece estar sendo privilegiado o ponto de vista regional como o centro de atenção da Geografia (conseqüência da abordagem corográfica).

A sustentação do argumento kantiano de que a Geografia é uma ciência integradora das ciências sistemáticas e, portanto, distinta delas tornava-se mais fácil, mais clara, justamente por essa analogia com o campo da História, cuja

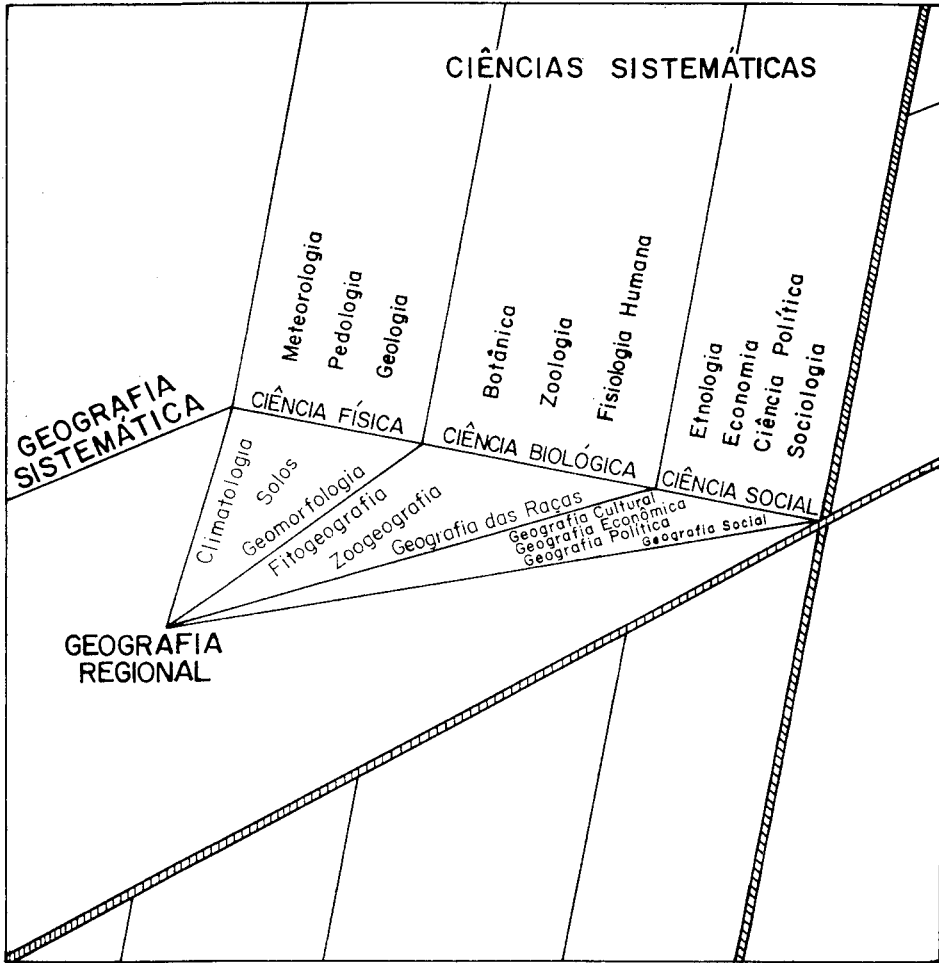


Fig. 1 — “Diagrama ilustrando as relações da Geografia com as Ciências Sistemáticas. Os planos não devem ser considerados literalmente como superfícies planas, mas como representação de dois pontos de vista no estudo da realidade. A visão da realidade em termos de diferenciação de áreas na superfície terrestre é seccionada em cada ponto pela visão da realidade em termos de fenômenos classificados por categorias. As diferentes Ciências Sistemáticas que estudam os diferentes fenômenos encontrados na superfície terrestre são seccionadas pelos correspondentes ramos da Geografia Sistemática. A integração de todos estes ramos, focalizados em determinado lugar da superfície terrestre, é a Geografia Regional.” (Richard Hartshorne, *The nature of Geography*, p. 147).

natureza é de percepção mais intuitiva<sup>17</sup>. Assim, por exemplo, o conceito da “região” em Geografia seria análogo ao de “período” em História, e daí por diante.

Há várias maneiras de representar graficamente a relação entre a História, a Geografia e as Ciências Sistemáticas, segundo os três pontos de vista. Um, mais complexo porque inclui a representação dualística da Geografia, é o de Hartshorne, onde o campo geográfico é um plano seccionando o das ciências sistemáticas (fig.1). Outro mais simples e mais claro foi desenvolvido por Fábio M. S. Guimarães em suas aulas e conferências: um sistema de três eixos (fenômeno — tempo — espaço) e a posição dos fatos dos campos disciplinares em relação aos três eixos

(ver fig. 2). Ambos diferem claramente do tradicional diagrama (muito empregado em aulas<sup>18</sup>, em que o campo da Geografia é um círculo seccionando simultaneamente os vários círculos que correspondem às ciências sistemáticas (fig. 3). Este diagrama se combina com o conceito de que a Geografia é uma ciência “integradora” do grande campo dos estudos sistemáticos, idéia esta que não corresponde exatamente à de uma “ponte” entre o campo das Ciências Naturais e das Ciências Sociais e muito menos ao conceito corológico da Geografia. Suas repercussões foram relativamente limitadas.

O conceito corológico teve três resultados básicos sobre a natureza da Geografia: 1) seria uma

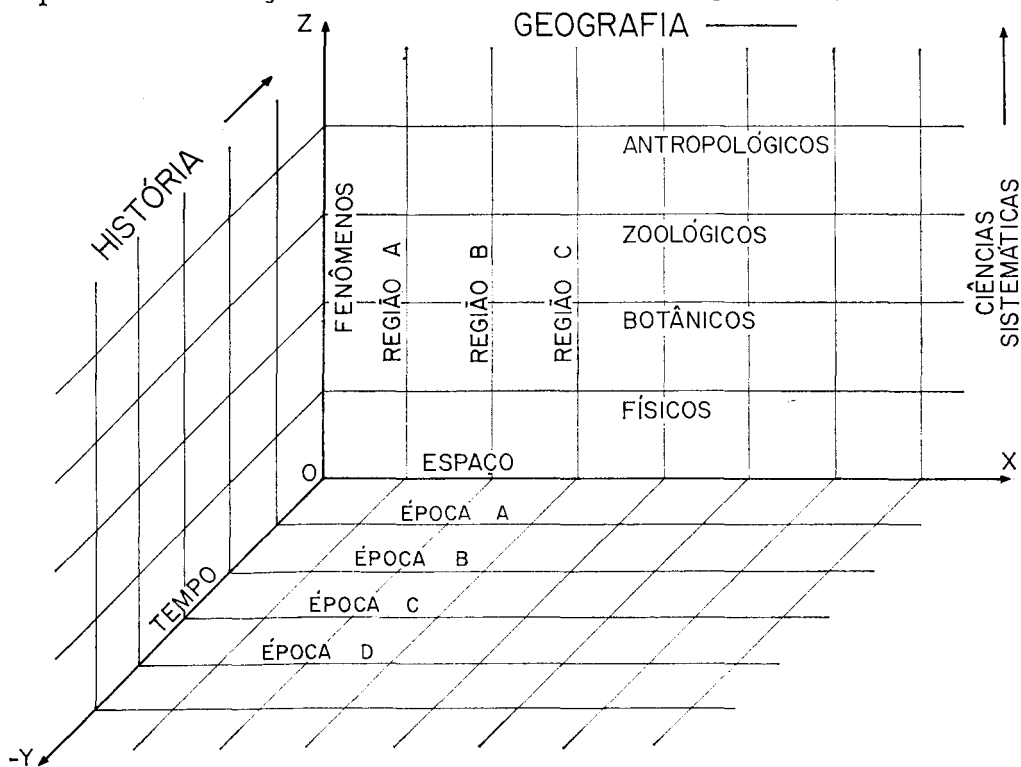


Fig. 2 — Relações entre a Geografia, a História e as Ciências Sistemáticas, conforme o conceito corológico, segundo Fábio M. S. Guimarães.

<sup>17</sup> HARTSHORNE, R. — obr. cit. p. 114.

<sup>18</sup> Proposto por FENNEMAN, Nevin, The circumference of Geography, *Annals of the Association of American Geographers*, 9(1) : 3-25, 1919.

“ciência de método” (método corológico); 2) sendo definida por seu método, teria uma posição “excepcional” (guarde-se este adjetivo) entre as ciências; 3) não reclama nenhum fato como particularmente seu; estuda todos os fenômenos que estão integrados em determinada área. Ou seja: não estuda os fatos por si mesmos; pretende colocá-los em uma certa perspectiva. A Geografia veio a ser, então, caracterizada como uma ciência corográfica, a que estuda as “diferenciações de área na superfície da Terra”.

Mais adiante vamos nos deter sobre as profundas conseqüências e contestações ao primeiro e ao segundo corolário. Vejamos, por ora, contestações ao terceiro deles.

A difusão dos conceitos metodológicos da Geografia clássica alemã trouxe uma conseqüência originada em uma confusão semântica. A palavra *Landschaft* em alemão tanto significa uma área, uma pequena região (“pays” em francês), como paisagem (“landscape”, em inglês).

Otto Schlüter (1872-1952) propôs o conceito da Geografia como uma *Landschaftskunde* (ciência da paisagem) ao recomendar (1906) que os geógrafos olhassem para as coisas na superfície da Terra que pudessem ser percebidas pelos sentidos e apreendessem a totalidade destas percepções (a “paisagem”) <sup>19</sup>. Ele concordava com Hettner quanto à preocupação com a diferenciação de áreas, mas se afastou do conceito corológico e propôs o estudo da paisagem (a paisagem criada pelo homem, ou *Kulturlandschaft*) como objeto próprio da Geografia, definindo-se assim um campo para a mesma disciplina.

O conceito de “paisagem” tornou-se comum em uma época em que os geógrafos alemães estavam estudando áreas cada vez menores <sup>20</sup>. A área (*Landschaft*) seria um todo homogêneo identificável por sua aparência (*Landschaft*, também).

O conceito de paisagem pressupõe não apenas os elementos sensíveis e comuns em uma área, como também os elementos “invisíveis” (o clima, a organização agrária, por exemplo), responsáveis por algumas das características sensíveis. Este conceito difundiu-se enormemente, sobretudo no período após a Primeira Guerra Mundial e muitas correntes de geógrafos, dele fizeram uma base do método de pesquisa de campo (“observação” e “interpretação” de paisagens). Tornou-se um conceito, pois, característico da Geografia tradicional em seu período pós-clássico. Chegou a se desdobrar em paisagem natural (ou *Urlandschaft*, a paisagem original), paisagem cultural e paisagem econômica (*Wirtlandschaft*). Leo Waibel (1888-1951) um dos fundadores da Geografia Agrária (e que trabalhou no Brasil entre 1947 e 1951) fez da descrição e interpretação da “paisagem agrária” (*Landwirtschaft*), um dos fundamentos de seu método de pesquisa em campo.

A noção de “paysage” (fisionomia de um “pays”, pequena região) acabou sendo também largamente empregada pelos geógrafos da escola francesa, mas não com o mesmo vigor metodológico que caracterizou os geógrafos alemães, tal como Waibel. Camille Vallaux, em *Les sciences géographiques*, dedica todo um capítulo à noção de “paysage” <sup>21</sup>, embora considerando-a pouco rica de um “ver-

<sup>19</sup> *apud* JAMES, P. E. obr. cit. p. 229-232.

<sup>20</sup> Observação de Leo Waibel in JAMES, P. E. obr. cit. p. 231.

<sup>21</sup> VALLAUX, C. obr. cit., Cap. IV, Les paysages géographiques.

dadeiro valor científico” (p.93) e, além disso, passível de confusão.

O conceito de paisagem cultural inspirou a formação de uma outra escola geográfica, a da chamada Geografia Cultural. Embora cultivada por certas correntes na Alemanha e outros países, foi sobretudo nos Estados Unidos sob a liderança de Carl O. Sauer (1889-1975) que ela teve seu maior vigor e expansão, reunindo ainda hoje um bom número de adeptos. Em 1925, no mesmo ano em que Vallaux publicou seu citado livro, Sauer publicou um artigo *The morphology of landscape* (in: *University of California Publications in Geography*, 2). Seu propósito era argumentar contra o “ambientalismo” (o determinismo geográfico), ainda muito em voga nos Estados Unidos, inclusive no campo das outras ciências. Seu ponto de partida se aproximava muito dos argumentos da escola possibilista. Contudo, veio a enfatizar a necessidade do estudo dos aspectos culturais privilegiando a vida cultural e os processos adaptativos em comunidades primitivas ou tradicionais. Em torno de Sauer, na Universidade de Berkely, formou-se, então, um expressivo e influente grupo de geógrafos, núcleo da chamada “Escola da Geografia Cultural”.

Uma vez que estamos nos referindo à Geografia tradicional norte-americana, lembremos que em outras universidades (na costa leste e, sobretudo, no meio-oeste), desenvolveram-se outras correntes de tendências divergentes. Merece ser assinalada a tentativa da escola de Chicago (sobretudo nos anos 20), no sentido de fazer da Geografia uma “Ecologia Humana”. Harlan Barrows (1877-1960) publicou em 1923 um artigo sob o título *Geography as Human*

*Ecology* que causou um impacto inicial relativamente expressivo. Sua proposta era de definir como único campo da Geografia à Ecologia Humana, assim entendendo o estudo dos processos de “ajustamento” do homem ao seu ambiente. Apoiado em muitas outras correntes do pensamento geográfico, ele insistia em que os fatos da Geografia Física deveriam ser estudados apenas em relação ao homem. Na verdade, a idéia de uma Ecologia Humana fez mais sucesso entre os especialistas das demais Ciências Sociais do que entre os geógrafos.

### 3 — A CRISE DO PARADIGMA TRADICIONAL

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial proliferavam as correntes do pensamento geográfico, variações ou mesmo “desvios”<sup>22</sup> das correntes fundamentais.

Como já vimos, a Geografia tradicional em sua fase clássica foi marcada por dois enfoques tradicionais: 1) o da Geografia de “relações”, considerada como uma ciência — domínio (“ciência de síntese”), tendo como preocupação fundamental o conhecimento dos mecanismos de inter-relações no meio geográfico; 2) o da Geografia Corográfica, considerada como ciência de método, em que a preocupação básica é o estudo da diferenciação de áreas na superfície da Terra. O desenvolvimento metodológico destes dois enfoques chegou a aspectos muito particulares que definiram o objeto de outras tendências, tais como: a Geografia como ciência da paisagem; a Geografia como estudo das distribuições de fenômenos na superfície da Terra; e a Geografia como Ecologia do homem.

<sup>22</sup> v. JAMES, Preston. *Geography in On Geography in Selected writings of Preston James*, pas. Meining, O. W. (organiz.). Syracuse: Syracuse University Press, 1971.

Convém lembrar, ainda, que durante a fase clássica da Geografia tradicional floresceram, paralelamente, a Geografia Histórica e a Geografia Política, cultivadas de modo particular pelos britânicos, cujo expoente máximo foi J. Halford Mackinder (1861-1947), o qual, ao desenvolver os conceitos básicos da Geografia Política, contribuiu também para o desenvolvimento da Geopolítica.

Deixei, propositadamente, para o último lugar a referência para um novo enfoque que, tendo origem anterior, viria a tomar importância nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial: a Geografia Social. Sua difusão na França, principalmente por Pierre George, contribuiu para abalar a rigidez da tradição vidaliana. Também na mesma época, nos Estados Unidos, começa a se desenvolver o espírito do que viria a ser uma "Geografia Econômica" em oposição à "Geografia Cultural".

É necessário não confundir ambos os termos com a essência da Geografia Humana clássica, onde eles existiam de forma importante para designar subpartes (ou "ramos"): a "Geografia Social" se preocupando com os grupos humanos, sua organização, seus assentamentos (*habitat*); a "Geografia Econômica" se ocupando da produção (o consumo terá enfoque muito tardio) e das atividades em geral, transportes e comunicações; a "Geografia Política" tratando da organização política do mundo pelo homem e da dinâmica territorial dos estados nacionais.

Quanto ao fato social, o enfoque clássico era o estudo descritivo e explicativo da sociedade (grupos humanos) nas diversas partes da superfície terrestre. Na Grã-Bretanha a expressão "Geografia So-

cial", de emprego bem antigo, era praticamente sinônimo de "Geografia Humana", cultivada nos moldes tradicionais da Escola de Geografia Cultural<sup>23</sup>.

Para George, entre outros autores, o termo veio a ter um novo sentido. O que importa agora é aplicar à Geografia Humana a noção de diversidade das relações de produção e das relações sociais que resultam em cada meio geográfico; não sendo de nenhum modo correto separar o social do econômico<sup>24</sup>. Como se depreende, é mais do que a integração da Geografia com o campo das Ciências Sociais: é fazer dela uma "Ciência Social", conflitando, pois, com a doutrina da escola vidaliana.

O desenvolvimento da Escola da Geografia Social viria coincidir com uma importante reformulação também na base concreta da pesquisa geográfica. Ora, a prioridade no desenvolvimento das Ciências Naturais e da Geografia Física e, por outro lado, a própria tradição ambientalista, como vimos, substanciaram o objetivo do estudo dos fatos na "superfície terrestre". A compreensão do papel da dinâmica introduzida pelo homem nesta superfície (importância do "movimento na superfície terrestre") e, igualmente, a contribuição da Geografia Social, levou ao desenvolvimento da noção de espaço (geográfico) organizado pelo homem. O binômio "homem-meio" foi substituído pelo binômio "homem-espaço".

Mas as coisas não aconteceram de modo simples, fruto de uma evolução linear do pensamento geográfico, marcando a segunda metade do século presente.

Em 1933 Walter Christaller (1893-1969) lançava a *teoria dos lu-*

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, STAMP, DUDLEY (org.). *A glossary of geographical terms*. Londres, Longsman's Green, 1961, p. 422.

<sup>24</sup> GEORGE, Pierre. *Géographie sociale du monde*. Paris, 1946.



*gares centrais* <sup>25</sup>, que seria a maior responsável pela ruptura no paradigma da Geografia tradicional. Esta teoria, entretanto, esteve praticamente à margem da evolução do pensamento geográfico por duas décadas. Simultaneamente a Economia Espacial fazia um grande progresso e passou a influenciar geógrafos com a publicação em inglês (1954) da teoria de August Lösch (1906-1945) sobre a “organização espacial da economia”, publicada sete anos depois da teoria dos lugares centrais <sup>26</sup>. A divulgação de Christaller em inglês (1966) coincidiu com os reflexos da publicação do livro do geógrafo norte-americano William W. Bunge (1928- ) *Theoretical Geography* <sup>27</sup> treze anos antes (1953). Porém foi um artigo póstumo de Fred K. Schaeffer (1904-1953) sobre o excepcionalismo na Geografia <sup>28</sup> que abalou o meio profissional, especialmente nos Estados Unidos. Nele o autor faz uma contundente crítica às idéias centrais de Hartshorne, o herdeiro da tradição de Hettner, expressas em *The Nature of Geography* (1939), a “bíblia” do pensamento geográfico de até então.

Os pontos básicos da crítica de Schaeffer se referem aos dogmas fundamentais que poderíamos considerar características do paradigma tradicional da Geografia. São os seguintes: 1) o ponto de vista corológico conferiu ao método geográfico um caráter “excepcional” entre as ciências, dificultando, senão impedindo, que a Geografia passasse a ser conside-

rada uma Ciência Social; 2) a Geografia, como estudo da diferenciação de áreas, privilegiava a Geografia Regional em detrimento da Geografia Sistemática; 3) a analogia com a história forçou a visão do caráter único (*uniqueness*) dos fatos, fazendo da Geografia uma disciplina essencialmente *ideográfica*; como disciplina ideográfica, rejeita, em princípio, a possibilidade de predição; ou, pelo menos, não estava cientificamente adequada para a previsão; 4) para melhores perspectivas futuras, disse Schaeffer, a pesquisa geográfica deveria privilegiar a abordagem sistemática, assimilar o método científico geral (abandonando colocações específicas, tais como “método comparativo”); 5) constituir-se em disciplina nomotética (buscando leis gerais e desenvolvimento da teoria).

A aplicação da teoria da centralidade e os efeitos do artigo de Schaeffer e do livro de Bunge combinaram-se com a introdução dos métodos quantitativos e abriram, com a década de 60, uma nova fase na metodologia geográfica com a ruptura no paradigma tradicional, cuja caracterização escapa ao objetivo deste texto.

A nova Geografia formar-se-ia nos Estados Unidos e daí se difundiria rapidamente. Uma das condições prévias favoráveis para isso deve ser destacada — o fato de que mesmo antes de Schaeffer, nos Estados Unidos já havia uma forte predileção por estudos de caráter sistemático. Predileção essa que foi se desenvolvendo aos poucos,

<sup>25</sup> CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena, Gustav Fischer, 1933. Versão em inglês por C. W. Baskin, *Central Place in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

<sup>26</sup> A. LÖSCH. *Die raumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jena: Gustav Fischer, 1940 (trad. em inglês por W. H. Woglom, com o título de *The economics of location*, New Haven; Yale University Press, 1954).

<sup>27</sup> BUNGE, William. *Theoretical Geography*. Lund: Lund Studies in Geography, 1966.

<sup>28</sup> SCHAEFFER, Fred K. Exceptionalism in Geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 43(3) : 226-249, Sept. 1953.

a partir do próprio enfoque corológico, quando no estudo de áreas foi se enfatizando um dado problema considerado importante (se não, mesmo, nuclear), o qual passava a ser a ênfase da pesquisa.

Esse enfoque, retardado pela “Escola de Geografia Regional”, atingiria outros países, marcando de modo muito importante a fase de transição e se implantaria com a nova fase.

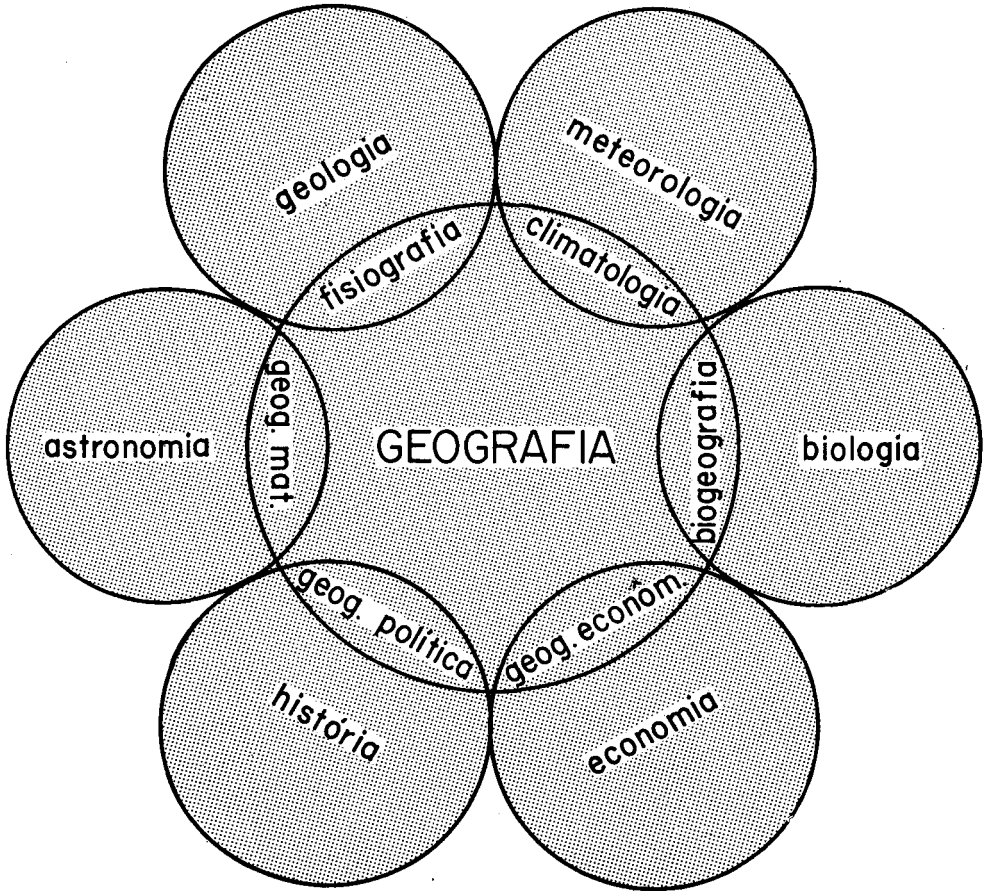


Fig. 3 — Diagrama, segundo Nevin Feneman, mostrando as relações do campo da Geografia com os das Ciências Sistemáticas, bem como a posição dos ramos da Geografia Geral, ou Sistemática, representados pelos segmentos dos pequenos círculos. O centro do grande círculo representa o domínio da Geografia Regional.

O debate sobre o dualismo na Geografia com a distinção entre uma Geografia Geral (ou Sistemática) e Geografia Regional (ou especial, segundo Varenius), como dissemos, precede a sua própria fase formativa. Sempre se discutiu na Geografia tradicional qual das duas mereceria prioridade: se a Regional objetivando chegar a princípios gerais (leis) para o desenvolvimento da Sistemática ou, ao con-

trário, a preferência para os estudos sistemáticos a fim de conhecer estas “leis” que seriam aplicados para o melhor conhecimento das regiões.

Na verdade, desde a sua formação como ciência, a Geografia se preocupou com estabelecer leis, ou melhor, princípios generalizantes. Da comparação de áreas, procurava chegar a estas generalizações, isto desde que Ritter introduziu o

método. Em sua extensa réplica a Schaeffer, Hartshorne<sup>29</sup> alega que a conclusão em *The Nature of Geography* era que “as áreas como tal ... somente podem ser consideradas como únicas” e da discussão de conceitos e princípios da Geografia Sistemática chega-se à conclusão de que “em certa medida, portanto, a Geografia pode ser chamada de ciência generalizante ou nomotética”.

Não obstante a Geografia tradicional, em questão de método pouco se afastara da recomendação de Ritter no sentido de que a Geografia deveria ser empírica, no sentido de que o pesquisador deveria progredir de observação para observação na busca de leis gerais e não partir de opiniões preconcebidas para hipótese e para observação<sup>30</sup>. Vidal de la Blache não se afastou deste espírito. A “tradição vidaliana” foi fiel ao procedimento indutivo. Contra a generalização prematura, la Blache preconizava a realização de “estudos analíticos, de monografias onde as relações entre as condições geográficas e os fatos sociais seriam examinados de perto em um campo bem restrito e bem escolhido”<sup>31</sup>. Daí a Escola Francesa ser também conhecida como a “Escola das Monografias Regionais”.

#### 4 — A GEOGRAFIA TRADICIONAL E O CONCEITO REGIONAL

A “região” foi sempre uma noção básica em Geografia, quer considerada explicitamente quer como objetivo implícito. Pode-se observar que, até mesmo as duas abordagens fundamentais da Geografia tradicional clássica, caracteri-

zadas mais atrás, convergiam, na verdade, para a região como entidade geográfica.

Na sua concepção clássica a região era algo de concreto que se desejava conhecer, caracterizar e delimitar, embora fosse definível de modo diferente, conforme o tipo e a escola adotada. Assim, na sua acepção mais ampla, o termo “região” era aplicado a uma área definida por um fato (“região elementar”) ou uma combinação de fatos (“região complexa”). Um dos primeiros problemas que se colocaram, entretanto, foi o da delimitação, pois os elementos definidores sempre se desfazem na periferia. Por isso mesmo, para maior rigor de delimitação, alguns geógrafos antigos adotaram a bacia hidrográfica como um segmento bem definido da superfície terrestre; e muitos não-geógrafos da atualidade ainda assim procedem; mas isso nada tem nem teve a ver com o verdadeiro conceito de região.

Quanto ao tipo de região, era mais ou menos pacífico, na Geografia clássica francesa que se deveria dar prioridade à “região natural” (definida pelos aspectos fisiográficos e/ou biogeográficos). Alegava-se que segundo este critério havia mais “estabilidade” do que as regiões humanas nos limites que fossem determinados. Lucien Gallois em uma obra clássica, *Régions naturelles et noms de pays*, procurou mostrar que “somente as condições físicas podem servir de quadro e de base sólida a um estudo geográfico completo”<sup>32</sup>. Anote-se o adjetivo “completo”.

O tipo oposto à região natural seria a “região humana” (ou “cul-

<sup>29</sup> HARTSHORNE, R., “Exceptionalism in Geography, re-examined”, *Annals of the Association of American Geographers*, 45(3) : 205-244, (v. p. 232).

<sup>30</sup> *Apud.* JAMES, Preston. *All Possible Worlds*, p. 168.

<sup>31</sup> FEBVRE, Lucien, p. 448 — Enfatizado por P. Claval, obr. cit. p. 53.

<sup>32</sup> *Apud.* JAMES, P. E. *All Possible Worlds*, p. 267.

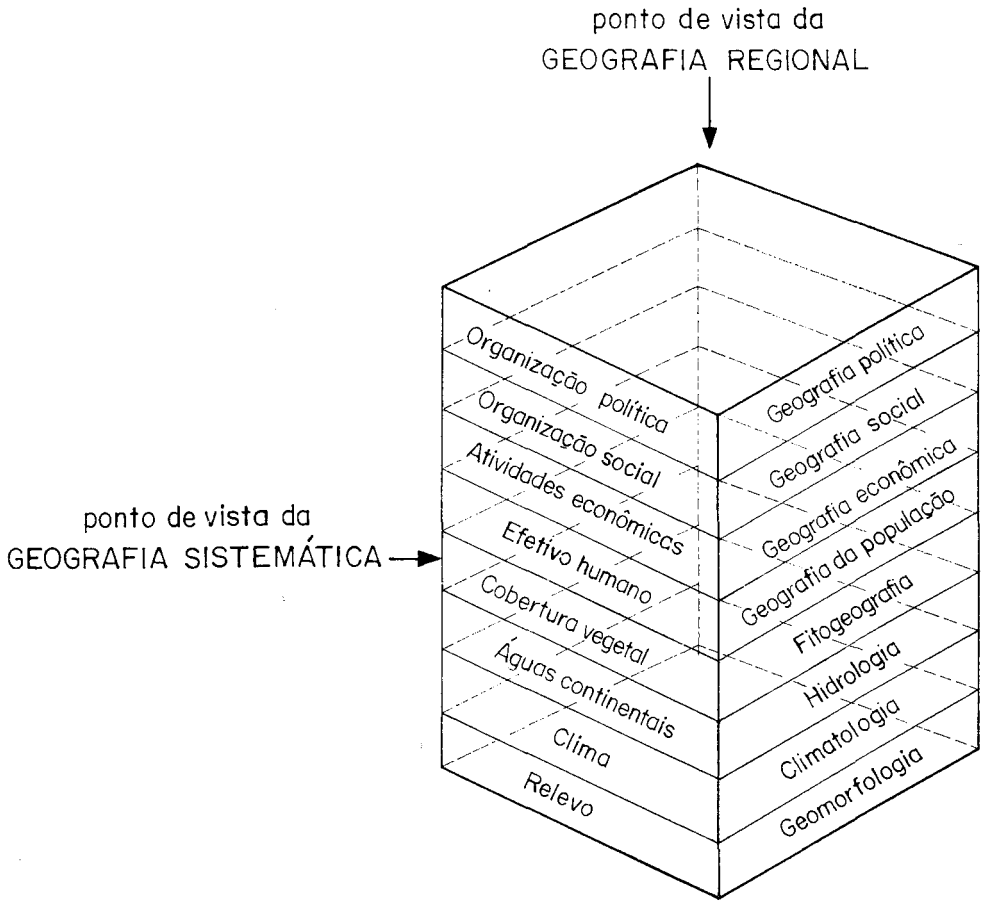


Fig. 4 — Relação entre Geografia Sistemática, ou Geral, e Geografia Regional conforme Hettner (segundo interpretação do autor deste texto).

tural”), definida pelas atividades do homem e/ou pelas transformações no território que delas resultassem.

Na fase clássica da Geografia tradicional, era considerado importante o conceito de “região histórica”, um tipo de região humana definível por um consenso geral resultante de uma longa tradição. Era a região histórica, sobretudo, que Gallois tinha em mente quando postulou a região natural como o quadro mais adequado aos estudos regionais.

Cabe, aqui, uma observação, uma distinção que parece ser importante. Uma coisa são os “estudos regionais” que têm como objetivo caracterizar um segmento da

superfície terrestre. Outra coisa, são os estudos destinados à divisão de uma parte mais ou menos ampla da mesma superfície terrestre (a escala é variável) em segmentos ou áreas com características mais ou menos homogêneas no interior de cada uma: é o que se chamava “divisão regional” e seu objetivo era chegar a um sistema de regiões mais ou menos complexas (na nova Geografia este procedimento é chamado de “regionalização”). Uma terceira coisa é o tratamento sistemático do conceito regional, tema que na “nova Geografia” veio a ser conhecido como “teoria da região” (cuja análise escapa aos objetivos destes apontamentos).

Os ingleses, de modo especial, se preocupam desde cedo com o segundo destes aspectos. Um trabalho pioneiro foi, em 1905, o de Arthur J. Herbertson (1865-1915) propondo uma divisão do mundo em regiões naturais<sup>33</sup>. Um sistema mais complexo inclusive com hierarquia na classificação da região e o equilíbrio entre aspectos físicos e humanos foi oferecido em 1916, por J. F. Unstead (1896-1965), sendo seu modelo análogo ao que foi aplicado na primeira Divisão Regional do Brasil<sup>34</sup>.

A preocupação metodológica com o conceito da região é assunto relativamente recente (deste século) e ela foi se acentuando até que, com o advento da “nova Geografia” a noção foi enriquecida, chegando-se, como veremos, a um novo dualismo (entre tantos que caracterizam a disciplina).

Até o 9.º Congresso Internacional de Geografia (Genebra, 1908), por exemplo, a noção de região não havia sido tratada<sup>35</sup>.

Apesar da notável expansão a que já haviam chegado os estudos regionais (monografias e ensaios de divisão regional) é somente de 1938 (15.º CIG em Amsterdã) em diante que o problema da região passa a constituir um centro de reflexões. Curiosamente, isso ocorreu quando se constituiu no Congresso uma sessão de “Paisagens Geográficas” e o centro das discussões parece que foi a distinção entre “paisagem” e “região” (é bom lembrar a confusão ori-

unda do termo alemão *Landschaft*). Ainda em 1925 Camille Vallaux tem em seu livro *Les Sciences Géographiques*, um capítulo inteiro sobre a “paisagem” e dedica apenas algumas páginas ao conceito de região. Na verdade, apesar da sua “tradição regional” e tendo produzido ao longo dos anos vasta soma de monografias, a escola francesa não veio a se preocupar com os estudos sistemáticos (ou generalização) do conceito regional no modo que seria esperado e desejado.

O conceito clássico da região era baseado na *homogeneidade* das características da mesma e sua identificação partia da abordagem segundo a interação vertical a que me referi no início deste texto.

O desenvolvimento da Geografia Humana e a formação de novas correntes de pensamento baseadas na importância do homem como modificador da superfície da terra e como organizador do espaço, levou a se conferir importância especial às “regiões humanas”, caracterizadas pelas atividades do homem. Para a maioria dos geógrafos, seriam estas as verdadeiras regiões. Com referência às “regiões naturais” (tanto elementos como complexas) passou-se a preferir os termos “domínio”, “província”, etc<sup>36</sup>.

Foi a partir do 17.º CIG (Washington, 1952) que a noção de região passou a sofrer uma verdadeira reformulação, acabando

<sup>33</sup> *Apud.* JAMES, P. E. obr. cit. p. 269.

<sup>34</sup> GUIMARÃES, Fábio M. S. *Divisão Regional do Brasil*, *Revista Brasileira de Geografia*, 3(2) : 318-373, Abr./Jun., 1941, p. 333. Neste trabalho, Guimarães faz uma substancial análise dos conceitos clássicos da divisão regional e de sua aplicação para fins estatísticos.

<sup>35</sup> Ver EGLY, Michèle. La notion de région à travers les Congrès Internationaux de Géographie, in: Union Géographique Internationale. *La Géographie à travers un siècle de Congrès Internationaux* Caen: Commission Histoire de la Pensée Géographique, 1972, p. 148-160.

<sup>36</sup> Assim, por exemplo, em um trabalho posterior ao citado, Fábio M. S. Guimarães reviu a sua posição em favor de uma divisão regional baseada em regiões naturais, por uma metodologia calcada no conceito de região humana (ou cultural): se o primeiro critério facilita a comparação no tempo (pouca instabilidade das regiões), o segundo favorece sua comparação espacial no âmbito do universo considerado. Ver GUIMARÃES, Fábio M. S. — Observações sobre o problema da divisão regional — *Revista Brasileira de Geografia*, 25(3) : 289-312, jul./set. 1963.

por constituir mais um fator na ruptura do paradigma da Geografia tradicional. Nesse Congresso, Derwent Whittlesey (1890-1956) apresentou uma comunicação antecipando os resultados de um Comitê formado pela Associação dos Geógrafos Americanos para o estudo da história e das implicações filosóficas do estudo das regiões. O relatório final destes estudos foi publicado, em 1954, sob o título de *The regional concept and the regional method* <sup>37</sup>.

A idéia básica do relatório Whittlesey é a de que a região não constitui uma realidade concreta, antes é “uma concepção intelectual, uma entidade com o propósito de emoldurar o pensamento criado pela seleção de certos aspectos que são relevantes como caracterização de uma área ou um problema, sendo desconsiderados (em sua caracterização) todos os aspectos que são tidos como irrelevantes” <sup>38</sup>. A região seria, então, um artifício (*device*) para se selecionar e estudar grupamentos em área dos complexos fenômenos encontrados na superfície da terra. Como se vê, é um conceito praticamente impensado na Geografia tradicional.

O impacto do mencionado relatório decorreu, sobretudo, dos tipos de regiões distinguidas. Embora identificando uma grande variedade de regiões, ele estabelece dois tipos principais: 1) *regiões uniformes* (que vieram a ser também conhecidas como *regiões homogêneas*, ou ainda, *formais*, correspondendo a uma forma discreta

de distribuição: são definidas por critérios específicos e distribuídos homoganeamente em determinada área; 2) *regiões nodais (regiões funcionais)* constituídas por áreas que se ligam funcionalmente a um ou mais de um módulo e resultam da interação entre lugares. Neste caso, é importante a idéia de se considerar o *movimento* no espaço e a hierarquização das áreas segundo a hierarquia dos centros a que os lugares se ligam. Por esse motivo, este tipo de região veio a ser também chamado de *região polarizada*, tendo de imediato adquirido uma vinculação com a teoria dos lugares centrais de Christaller.

No final da década de 1950 já eram notáveis os avanços na teoria regional e surge o conceito de “regionalização”, isto é, os procedimentos operacionais para divisão regional de um território. Culminando o processo de evolução, em 1960, foi criada pela UGI uma “Comissão para métodos de regionalização econômica” (19.º CIG em Estocolmo) <sup>39</sup>.

Apesar das rápidas modificações que a nova colocação do conceito regional produziu no pensamento geográfico anglo-saxônico, sobretudo norte-americano, é de se admirar que apenas dez anos depois estas idéias tenham começado a ser divulgadas na França e nos países sob influência da escola francesa (no Brasil, inclusive), por meio de um artigo publicado nos *Annales de Géographie* <sup>40</sup>.

O desenvolvimento das idéias a respeito de toda essa nova postura, porém, já escapa aos nossos propósitos.

<sup>37</sup> in JAMES, P. E. & Jones, C. F. (organ.) — *American Geographies inventory and prospect* — Syracuse; Syracuse University Press, 1954, p. 590 (p. 21-68).

<sup>38</sup> WITTLESEY, D. — obr. cit. p. 30.

<sup>39</sup> O XVIII Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro, em 1956, pode ser, então, considerado o último Congresso da fase em que primou o pensamento geográfico tradicional.

<sup>40</sup> JUILARD, Etienne — La région, essai de définition. *Annales de Géographie*, 71(387): 483-499, sept./oct., 1962.

## BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Mesmo bastante selecionada, uma bibliografia fundamental sobre o período da evolução do pensamento geográfico de fins do século passado até meados do presente século seria bem extensa. Apresentamos apenas poucas obras que poderiam dar uma idéia, a mais completa possível do assunto:

A — Para uma informação geral sobre a evolução da Geografia:

- CLAVAL, P. — *Essai sur l'évolution de la Géographie Humaine*. 1969.
- JAMES, Preston E. & MARTIN, Geoffrey J. — *All possible worlds, a history of geographical ideas* (Second Edition). New York: John Wiley & Sons, 1981.

B — Para o período em causa:

1. FEBVRE, Lucien — *La terre et l'évolution humaine*. Paris, 1924 (há uma tradução espanhola: *La tierra y la evolución humana* Barcelona: Editorial Cervantes, 1925).
2. HARTSHORNE, Richard — The nature of Geography: a critical survey of the past. (*Annals of the Association of American Geographers*, vol. 29, 1939, p. 171-658) VI + 482 p.
3. HARTSHORNE, Richard — *Perspectives on the nature of Geography*. Washington: AAG, 1966. Trad. em português: *Questões sobre a natureza da Geografia*. Rio de Janeiro: IPGH 1969.
4. HARTSHORNE, Richard — Propósitos e natureza da Geografia, São Paulo; HUCITEC, 1978.
5. LE LANNOU, Maurice — *La Géographie Humaine*. Paris: Flammarion, Editeur, 1949.
6. MEYNIER, André — *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
7. VALLAUX, Camille — *Les sciences géographiques*, 2e. éd. Paris: Felix Alcan, 1929.

C — Para uma idéia da produção geográfica em meados do século:

8. Académie des Sciences de l'URSS — *Essais de Géographie*. Recueil des articles pour le XVIII Congrès International Géographique. Moscou. Leningrade, 1956.
9. CHABOT, G., CLOZIER, R. e BEAJEAU-GARNIER, J. — *La Géographie française au milieu du XXe. siècle*. (org.). Paris: G. B. Baillière, et fils, 1957.
10. JAMES, Preston e JONES, Clarence — *American Geography, inventory and prospect*. Syracuse: Syracuse University Press, 1954.
11. TAYLOR, Griffith (org.) — *Geography in twentieth century, Londres* — New York: Methuen, 1957.